

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.341 - SP (2019/0339248-3)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
RECORRENTE : **BRADESCO AUTO/RE COMPANHIA DE SEGUROS**
ADVOGADO : **VICTOR JOSE PETRAROLI NETO - SP031464**
ADVOGADA : **ANA RITA DOS REIS PETRAROLI - SP130291**
RECORRIDO : **CELSO CARLOS DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **PAULO RICARDO SIMÕES BAPTISTA - SP153562**
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**
ADVOGADO : **MARCOS VINICIO JORGE DE FREITAS - SP075284**

DECISÃO

Preliminarmente, o Supremo Tribunal Federal, concluiu pela existência da repercussão geral da matéria constitucional versada no Recurso Extraordinário 827.996/PR (Tema n. 1.011).

O reconhecimento de repercussão geral, à tese apresentada no mencionado recurso, orienta o sobrestamento destes feitos, bem como a incidência do preceituado nos arts. 1.036 e 1.037, II, do CPC/2015, em face do possível juízo de retratação pela instância de origem.

Ante o exposto, DETERMINO A DEVOLUÇÃO dos autos ao Tribunal de origem, com a devida baixa nesta Corte Superior, para que, após a publicação do acórdão do respectivo recurso extraordinário representativo da controvérsia, de acordo com o disposto nos arts. 1.040 e 1.041, § 2º, do CPC/2015: 1) na hipótese de a decisão recorrida coincidir com a orientação do STF, seja negado seguimento ao recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 2) caso o acórdão recorrido contrarie a orientação do STF, seja exercido o juízo de retratação e considerado prejudicado o recurso especial ou encaminhado a esta Corte Superior para a análise das questões que não ficaram prejudicadas, ou, 3) finalmente, mantido o acórdão divergente, o recurso especial seja remetido ao STJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator